



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA AMBIENTAL

FAZENDA VARGINHA – KM 05 – ROD. BAMBUÍ/ MEDEIROS – CAIXA POSTAL: 05 BAMBUÍ-MG CEP 38900-000  
TEL: (37) 3431.4927 – FAX: (37) 3431.4954 – E-MAIL: mestrado.sustentabilidade@ifmg.edu.br

## LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

**Nível:** Mestrado Profissional – **Obrigatória:** Não - **Carga horária:** 45 – **Créditos:** 03

**Ementa:** A caracterização dos bens e serviços ambientais. Origem e evolução dos principais problemas ambientais no Brasil e no mundo. Evolução da legislação ambiental mundial e brasileira, principais normas Jurídicas.

### Referências Bibliográficas:

#### **Bibliografia Básica:**

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Instituiu o Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

FERREIRA, L. da Costa. Ideias para uma sociologia na questão ambiental no Brasil. Ed. Annblume. São Paulo, 2006. 110p.

GUIMARÃES, J. C. C.; MACHADO, F. S.; BORGES, L. A. C.; REZENDE, J. L. P. de.; SOARES, A. A.; ALVES SANTOS, A. Aspectos legais do entorno das unidades de conservação brasileiras: área

circundante e zona de amortecimento em face à Resolução CONAMA nº 428/2010. Espaço e Geografia (UnB), v. 15, p. 01-20, 2012.

LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001.

RIBEIRO, M. S. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, A. A. Concessão e ou terceirização de serviços em parques nacionais: incentivo ao aumento de receitas. Lavras: UFLA, 2011. 280 p.: il.

SÁNCHEZ, L. E.. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SACHS, I. VIEIRA, P. F. (org.) Rumo à Ecosioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Editora Peirópolis, 2005 - 303 páginas.

AMARAL, W. A. N. et al. Políticas públicas em biodiversidade: conservação e uso sustentado no País da megadiversidade. 2009.

BARBOSA, M. P. Críticas à ideologia da terceirização. 2008.

BRAGA, R. C. M. S. et al. Valoração ambiental de áreas protegidas para a gestão ambiental. OLAM – Ciência e Tecnologia, Rio Claro, v. 8, n. 1, p. 70, jan./jun. 2008.

FENKER, E. A política ambiental brasileira: diretrizes e comando exóticos? 2009.

FONSECA, R. A.; REZENDE, J. L. P. de; BORGES, A. F. ; ALVES SANTOS, A. A. ; SANTIAGO, T. M. O. Aspectos essenciais do processo legislativo na elaboração e consecução das normas jurídicas ambientais. Espaço e Geografia (UnB), v. 14, p. 361-392, 2011.

KRAEMER, M. E. P. (2007). Contabilidade ambiental: relatório para um futuro sustentável, Responsável e Transparente.

LANFREDI, G. F. (coord.). Novos rumos do Direito Ambiental, nas Áreas Civil e Penal. Millennium Editora. 2006. 305p.

VIANA, M. B. A contribuição parlamentar para a política florestal no Brasil. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2004. 35p.

WUNDER, S. (coord.) Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia legal. 2. ed. rev. Brasília: MMA, 2009. 144 p. (Série Estudos, 10).

Em: 01/06/2018.



Prof<sup>a</sup>. Dra. Simone Magela Moreira  
Coordenadora do MPSTA  
Portaria IFMG nº 108/2018

